

Usina Uberaba S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de março de 2024 e 2023**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações de resultado	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	12
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	13

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a administração da Usina Uberaba S.A. (“Companhia”), submete à apreciação de V.Sas. os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa da Uberaba S.A., relativos ao exercício findos em 31 de março de 2024, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

Contexto Macroeconômico

O exercício findo em 31 de março de 2024 foi caracterizado por um período de estabilidade do PIB e alterações moderadas na variação cambial. Tivemos ainda que conviver no exercício encerrado em 2024 com a manutenção da alta taxa de juros, moderado aumento ao crédito, porém em um ambiente de grandes incertezas em relação a perspectivas econômicas, especialmente com a manutenção da guerra entre Rússia e Ucrânia e do agravamento do conflito do oriente médio.

Contexto da Companhia

Todo o setor sucroenergético tem sido afetado, nos últimos anos, por impactos climáticos, aumento no preço dos insumos agrícolas e industriais, além de fatores geopolíticos.

Neste exercício tivemos um aumento de 5,5% na moagem de cana-de-açúcar e conseqüentemente aumento de 5,5% na produção industrial, em relação ao exercício anterior, aliado a uma forte queda nos preços de comercialização do etanol.

Embora tenhamos uma queda de volume e preços em relação ao exercício anterior, devemos informar que com a manutenção do nosso plano de expansão agrícola e industrial a Companhia mantém uma estabilidade no crescimento e fortalecimento de suas operações. Estes fatores se traduziram em um resultado consistente e crescente, gerando valor para os acionistas da Usina Uberaba S.A.

Outra informação relevante é que durante a safra 23/24, mantivemos a comercialização dos certificados de descarbonização (CBIOS), através da Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, agregando valor aos negócios da Companhia.

Em relação a política de distribuição de dividendos e investimentos da Companhia, todas as decisões são deliberadas em assembleias de acionistas após apresentação dos planos de investimentos e posição patrimonial e financeira.

Importante destacar que mantivemos todos os programas de treinamento e desenvolvimento dos nossos colaboradores, tanto de cunho técnico como comportamental, além de manter nossa política de doações a entidades beneficentes e culturais da região.

Nosso histórico de cumprimento de acordos (mesmo em momentos de crise) e nossa transparência nas relações, aliados à forte gestão da carteira, com contínuo monitoramento financeiro, tem possibilitado a Usina Uberaba S.A. acessar linhas de crédito junto as maiores instituições financeiras do país, as quais vêm mantendo posições e operações importantes e de longo, com taxas de juros competitivos em relação às praticadas no mercado, aliados à redução do endividamento líquido.

Embora as projeções mundiais de produção de matéria prima e de produtos acabados para a safra 24/25 sejam de pequena redução, estamos confiantes na melhoria dos preços dos nossos produtos e na eficiência da nossa capacidade de gestão operacional para esta nova safra.

Enfim, é com este espírito de buscar continuamente melhorias e com uma visão de longo prazo, que superamos os vários desafios encontrados na safra 23/24 e acreditamos estar melhor preparados para enfrentar as futuras safras mesmo no atual contexto econômico, mercadológico e geopolítico.

Aproveitamos para agradecer aos fornecedores pela confiança; aos clientes pela preferência; aos colaboradores pelo empenho, dedicação e talento; e às instituições financeiras e aos acionistas pelo apoio e confiança.

Uberaba, 26 de junho de 2024.

Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Usina Uberaba S.A.

Uberaba – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Usina Uberaba S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina Uberaba S.A. em 31 de março de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis da administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto/SP, 26 de junho de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC SP-293539/O-8

Usina Uberaba S.A.

Balancos patrimoniais 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/03/2024	31/03/2023	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	229.640	198.923	Fornecedores	18	53.755	79.186
Contas a receber - Clientes	7	7.861	5.874	Empréstimos e financiamentos	19	69.838	64.076
Contas a receber - Cooperativa	8	1.357	46.983	Impostos e contribuições a recolher	20	3.187	3.669
Estoques	9	21.137	16.179	Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	6.422
Ativo biológico	10	91.470	93.431	Salários e encargos sociais a pagar		16.925	14.812
Adiantamentos a fornecedores	11	37.823	40.212	Demais passivos	21	7.380	4.428
Impostos a recuperar	12	169.564	69.414			<u>151.085</u>	<u>172.593</u>
Demais ativos		853	495				
		<u>559.705</u>	<u>471.512</u>	Não circulante			
Não circulante				Empréstimos e financiamentos	19	215.139	196.964
Realizável a longo prazo				Financiamentos - Cooperativa	19b	3.462	2.528
Contas a receber - Cooperativa	8	2.066	46	Impostos e contribuições a recolher	20	11.575	6.852
Impostos a recuperar	12	12.274	25.527	Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	46.992	44.937
Depósitos judiciais	13	14.190	9.817	Provisão para contingências	22	914	914
		<u>28.530</u>	<u>35.390</u>			<u>278.082</u>	<u>252.195</u>
Investimentos	16	150.873	127.547	Total do passivo		<u>429.167</u>	<u>424.788</u>
Imobilizado	17	672.813	626.566	Patrimônio líquido	25		
Intangível		429	344	Capital social		616.759	574.343
		<u>852.645</u>	<u>789.847</u>	Reserva legal		49.483	39.404
				Reserva de incentivos fiscais		144.460	75.362
				Resultado a deliberar		172.481	147.462
				Total do patrimônio líquido		<u>983.183</u>	<u>836.571</u>
Total do ativo		<u>1.412.350</u>	<u>1.261.359</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.412.350</u>	<u>1.261.359</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Uberaba S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Receita operacional líquida	26	761.806	891.386
Custo dos produtos vendidos	27	(574.835)	(653.147)
Valor justo do ativo biológico	10	6.075	13.714
Lucro bruto		193.046	251.953
Receitas (despesas) operacionais			
Vendas	28	(27.220)	(22.374)
Administrativas e gerais	28	(29.574)	(36.513)
Outras receitas operacionais, líquidas	29	15.575	54.156
Resultado da equivalência patrimonial em controladas	16	(4.040)	-
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		147.787	247.222
Receitas financeiras	30	35.271	43.865
Despesas financeiras	30	(33.845)	(37.428)
Resultado financeiro líquido	30	1.426	6.437
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		149.213	253.659
Imposto de renda e contribuição social correntes		54.418	(90.052)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	(2.055)	18.121
Lucro líquido do exercício		201.576	181.728
Quantidade de ações - em milhares		113.591	113.591
Lucro básico e diluído por ação - R\$		1,77	1,60

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Uberaba S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	31/03/2024	31/03/2023
Lucro líquido do exercício	201.576	181.728
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>201.576</u>	<u>181.728</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Uberaba S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Lucros a deliberar	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2022	351.713	30.318	-	298.077	-	680.108
Aumento de capital social (Nota 25a)	222.630	-	-	(222.630)	-	-
Distribuição de dividendos (Nota 25c)	-	-	-	(75.447)	-	(75.447)
Constituição de Reserva Incentivos Fiscais (Nota 25b)	-	-	75.362	-	(75.362)	-
Reversão de despesa IR/CS (Nota 25b)	-	-	-	-	51.091	51.091
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	181.728	181.728
Destinações:						
Reserva legal (Nota 25b)	-	9.086	-	-	(9.086)	-
Dividendos obrigatórios (Nota 25c)	-	-	-	-	(909)	(909)
A deliberar em Assembleia Geral	-	-	-	147.462	(147.462)	-
Saldos em 31 de março de 2023	<u>574.343</u>	<u>39.404</u>	<u>75.362</u>	<u>147.462</u>	<u>-</u>	<u>836.571</u>
Aumento de capital social (Nota 25a)	42.416	-	-	(42.416)	-	-
Distribuição de dividendos (Nota 25c)	-	-	-	(53.956)	-	(53.956)
Constituição de Reserva Incentivos Fiscais (Nota 25b)	-	-	69.098	-	(69.098)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	201.576	201.576
Destinações:						
Reserva legal (Nota 25b)	-	10.079	-	-	(10.079)	-
Dividendos obrigatórios (Nota 25c)	-	-	-	-	(1.008)	(1.008)
A deliberar em Assembleia Geral	-	-	-	121.391	(121.391)	-
Saldos em 31 de março de 2024	<u>616.759</u>	<u>49.483</u>	<u>144.460</u>	<u>172.481</u>	<u>-</u>	<u>983.183</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Uberaba S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social		149.213	253.659
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		119.723	118.572
Juros e variações cambiais provisionados	15	33.420	36.039
Mensuração no valor justo de ativos biológicos	10	(6.075)	(13.714)
Diminuição do ativo biológico devido a colheita de cana-de-açúcar	10	93.431	151.785
Resultado na baixa de ativo imobilizado	29	(1.810)	(751)
Resultado da equivalência patrimonial em controladas	16	4.040	-
Resultados com instrumentos financeiros derivativos	30	-	59
Provisão parte crédito presumido ICMS	21	5.690	3.305
Crédito outorgado ICMS	29	-	(24.516)
Receita de dividendos mensurados ao custo	29	(41)	(75)
Ganho por variação patrimonial de investida	29	(16.319)	(29.635)
Variação de ativos e passivos			
Contas a receber		41.619	15.309
Estoques		(4.958)	11.004
Impostos a recuperar		4.500	2.000
Adiantamentos a fornecedores		7.658	(22.859)
Demais ativos		(358)	(184)
Depósitos judiciais		(4.373)	(4.286)
Instrumentos financeiros derivativos		-	(59)
Fornecedores		(25.431)	13.635
Salários e contribuições sociais		2.112	2.219
Impostos e contribuições a recolher		4.241	3.388
Demais passivos		(2.837)	(8.603)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>403.445</u>	<u>506.291</u>
Juros pagos	15	(28.577)	(36.834)
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(42.626)</u>	<u>(94.699)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>332.242</u>	<u>374.758</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativos biológicos	10	(85.395)	(79.717)
Aquisição de investimentos		(30.034)	(44.968)
Aquisição de intangível		(560)	(400)
Aquisição de imobilizado	15b	(134.588)	(209.496)
Recebimento de dividendos		19.028	22.181
Valor recebido na alienação de ativo imobilizado	29	<u>3.861</u>	<u>2.175</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(227.688)</u>	<u>(310.225)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos e financiamentos bancários tomados	15	40.516	1.134
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal	15	(59.488)	(69.036)
Pagamento de dividendos		<u>(54.865)</u>	<u>(77.035)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		<u>(73.837)</u>	<u>(144.937)</u>
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa, líquido		<u>30.717</u>	<u>(80.404)</u>
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		198.923	279.327
No fim do exercício	6	<u>229.640</u>	<u>198.923</u>
		<u>30.717</u>	<u>(80.404)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

1.1 A Companhia

A Usina Uberaba S.A. (“Companhia”), com sede na Fazenda Uberaba, Rodovia Municipal 304, Km 2,5, cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, tem como atividade preponderante a fabricação de etanol.

A Companhia é cooperada da Cooperativa dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo, cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de etanol nos estabelecimentos da Cooperativa. O resultado da comercialização desses produtos, no mercado interno e externo, é rateado para cada cooperado, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986.

Aproximadamente 53% da cana-de-açúcar processada pela Companhia é própria, sendo cultivadas em terras próprias e de terceiros, mediante exploração de parceria agrícola.

1.2 Renovabio

Instituído pela Lei n° 13.576/2017, o RENOVABIO é a Política Nacional de Biocombustíveis que tem como principal foco o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, objetivando o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transporte do país. Estes certificados (CBIOs) deverão ser adquiridos pelas distribuidoras de combustíveis para comprovar o cumprimento de metas de redução de emissão de carbono.

Estamos comercializando os certificados de descarbonização (CBIOs), através da Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo, registrando o valor negociado como receita operacional da Companhia, quando do reconhecimento do direito do PN66.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 26 de junho de 2024.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentadas na nota 3.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas com vendas; e
- Os investimentos em coligadas e controladas avaliados por equivalência patrimonial.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$ mil), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis materiais da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 3.4 (iii)** – Vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota 10** – Ativo biológico - O ativo biológico é mensurado ao valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação do valor justo entre os períodos são alocados diretamente no custo dos produtos vendidos;
- **Nota 14** – Ativos e passivos fiscais diferidos - disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; e
- **Nota 22** – Provisão para contingências - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(i) Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma

hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 10** - Ativo biológico; e
- **Nota 23** - Instrumentos financeiros.

3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Investimentos em controladas

Os investimentos em controlada são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

A Administração optou por não efetuar e divulgar demonstrações financeiras consolidadas em função da imaterialidade dos saldos apresentados na consolidação. A Companhia possui o controle nas investidas, porém sua posição patrimonial e financeira não é relevante para fins de consolidação.

3.2 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

3.3 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

(i) **Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e não reconhecimento**

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) **Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iii) **Capital social**

Ações ordinárias nominativas da Companhia são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais.

(iv) **Dividendos**

Os dividendos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. O saldo do lucro líquido, deduzidas as reservas legais e o dividendo obrigatório será reconhecido como obrigação quando deliberado por ocasião da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas. Vide nota 25c.

3.4 Imobilizado

(i) **Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

A Companhia optou por não reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2010. A Administração da Companhia realizou um estudo

sobre os benefícios da adoção do custo atribuído (*deemed cost*) e concluiu que esses benefícios não são superiores aos custos de adoção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas / despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados.

Os gastos com manutenção agrícola e industrial, incorridos no período de entressafra são levados ao imobilizado para serem apropriados ao custo de produção do açúcar e do etanol no decorrer da safra seguinte.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos e terra nua não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Edifícios e construções	26 anos
Máquinas, instalações e equipamentos	Entre 3 e 29 anos
Veículos	14 anos
Máquinas e implementos agrícolas	16 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Lavouras de cana-de-açúcar	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.5 Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda.

Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apuradas na data de corte.

3.6 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

3.7 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros

A Companhia avalia a cada data de apresentação se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido

(como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) exceder seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2024 e 2023, a Companhia não identificou indicadores de que seus ativos estão registrados com valor acima do seu valor recuperável.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.8 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.10 Receita operacional

(i) ***Venda de produtos – Etanol***

As receitas auferidas e despesas incorridas pela Cooperativa são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 5 de setembro de 1986.

(ii) ***Venda de produtos – cana-de-açúcar e bagaço de cana***

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, que as obrigações de desempenho do contrato com clientes tenham sido cumpridas, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

3.11 Receita financeira e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

3.12 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15% (acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda) e 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro tributável real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados ao patrimônio líquido ou a outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às

diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.13 Aspectos ambientais

As instalações de produção da Companhia e sua atividade industrial estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui o risco associado com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e nos regulamentos em vigor.

A Companhia possui certificação relacionada ao sistema de gestão integrada e anualmente são realizadas auditorias pelo órgão certificador, visando a conformidade dos processos e operações. Em complemento, a Companhia recebe processos de auditorias e verificações específicas de agências governamentais e independentes, para requisitos específicos do governo e de clientes, além dos requisitos de certificações de padrões socioambientais, que estão submetidos. Assim buscam além da conformidade com padrões da qualidade de seus produtos, melhorias voltadas a sustentabilidade do negócio e cumprimento de sua política de gestão.

3.14 Subvenção para investimentos

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. A Companhia destina o valor dessa subvenção governamental até o limite do lucro líquido do exercício para a rubrica “Reserva para incentivos fiscais”. No caso de a Companhia apurar prejuízo no período ou o lucro líquido ser inferior à parcela decorrente de subvenções governamentais e, nesse caso, esta não puder ser destinada para a rubrica “Reserva para incentivos fiscais”, a transferência para a conta de “Reservas para incentivos fiscais” ocorrerá nos períodos subsequentes.

As subvenções e assistências governamentais tomadas pela Companhia estão divulgadas na nota 12(iv) e nota 25(b-ii) das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2024.

3.15 Mudanças nas políticas contábeis materiais

a. *Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação*
A Companhia adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32) a partir de 1º de abril de 2023. As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos, onde uma entidade deve reconhecer os ativos e passivos fiscais diferidos associados desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como reserva de lucros, prejuízos acumulados ou em outros componentes do patrimônio líquido nessa data. Para todas as outras transações, uma entidade aplica as alterações às transações que ocorrem em ou após o início do período mais antigo apresentado. Em 31 de março de 2024, em sua avaliação a Companhia não identificou possíveis impactos relacionados.

b. *Imposto mínimo complementar global*
A Companhia adotou a Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32) quando da sua publicação. As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois.

A exceção obrigatória se aplica retrospectivamente. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31 de dezembro de 2022 em qualquer jurisdição em que a Companhia opera e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

c. *Informação de políticas contábeis materiais*
A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.

As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras.

A Administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota 3 - Políticas contábeis materiais (2023: Políticas contábeis significativas) em determinados casos, de acordo com as alterações.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Os ativos biológicos e os respectivos produtos

Ativos biológicos devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas de venda.

A metodologia adotada pela Companhia, para satisfazer a exigência de cálculo nos ativos biológicos correspondentes a cana-de-açúcar em pé, foi de acordo com método de fluxo de caixa futuro descontado. O fluxo de caixa futuro descontado é efetuado considerando premissas como preço da tonelada de cana-de-açúcar, produtividade, custos de corte, carregamento e transporte, custo dos tratos culturais, custos de parceria, custo de capital, impostos, entre outros. A taxa de desconto utilizada para descontar o fluxo de caixa ao valor presente é calculada com base Custo Médio Ponderado de Capital – WACC.

(ii) Empréstimos e financiamentos

Estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

5 Novas normas, alterações e interpretações de normas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024 (no caso da Companhia em 1º de abril de 2024). A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. *Classificação dos passivos como circulante e não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações CPC 26)*

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024 (no caso da Companhia em 1º de abril de 2024). Conforme divulgado na nota 19, a Companhia tem empréstimos bancários com garantia que estão sujeitos a *covenants* específicos. Embora os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de março de 2024, uma futura quebra dos *covenants* específicos, pode exigir que a Companhia liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações.

b. Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024 (no caso da Companhia em 1º de abril de 2024).

A Companhia está avaliando o impacto das alterações, principalmente no que diz respeito à obtenção de informações adicionais necessárias para atender às novas exigências de divulgação

c. Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

6 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2024	31/03/2023
Caixa e bancos	418	132
Aplicações financeiras	229.222	198.791
	229.640	198.923

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas de caixa, banco e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras da Companhia se referem a Certificado de Depósito Bancário e a remuneração varia entre 100% e 110% do CDI (em 31 de março de 2023 a remuneração variava entre 100% e 110% do CDI).

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota 23.

7 Contas a receber - Clientes

	31/03/2024	31/03/2023
Contas a receber	8.144	6.157
(-) Provisão para perdas esperadas	(283)	(283)
	7.861	5.874

Corresponde aos direitos a receber por comercialização de produtos e coprodutos de produção própria da Companhia.

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota 23.

Os saldos em aberto são realizáveis e não há expectativas de perdas acima do montante já provisionado.

	31/03/2024	31/03/2023
Saldo inicial	(283)	(469)
(-) Reversão de provisão	-	186
	(283)	(283)

A análise de vencimentos dessas contas a receber está representada abaixo:

	31/03/2024	31/03/2023
A vencer		
até 30 dias	1.158	4.969
de 31 até 90 dias	5.200	973
de 91 até 180 dias	121	-
acima de 180 dias	1.638	-
	8.117	5.942
Vencidos		
até 30 dias	2	200
de 31 até 90 dias	3	1
de 91 até 180 dias	3	11
acima de 180 dias	19	3
	27	215
	8.144	6.157

8 Contas a receber – Cooperativa

Correspondem aos valores a receber das operações com a Cooperativa, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986, que dispõe sobre o momento da apropriação da receita operacional no caso de faturamento por ato cooperativo, de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas.

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota 23.

9 Estoques

	31/03/2024	31/03/2023
Levedura	106	-
Almoxarifado de materiais auxiliares, de manutenção e outros	21.031	16.179
	21.137	16.179
	21.137	16.179

Os saldos de estoques são realizáveis e não há expectativas de perdas acima do montante já provisionado.

	31/03/2024	31/03/2023
Saldo inicial	(165)	(165)
(-) Reversão de provisão	-	-
	<u>(165)</u>	<u>(165)</u>

10 Ativo biológico

Os ativos biológicos de cana-de-açúcar são mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

	31/03/2024	31/03/2023
Saldo inicial	93.431	151.785
Aumento decorrente de plantio e tratos	85.395	79.717
Diminuição decorrente da amortização	(93.431)	(151.785)
Mensuração no valor justo menos despesas estimadas de venda	6.075	13.714
	<u>91.470</u>	<u>93.431</u>

Para o atendimento do CPC 29 – Ativo biológico, a Companhia utilizou o cálculo do valor justo pelo método de fluxo de caixa futuro descontado nos ativos biológicos correspondentes a cana-de-açúcar em pé.

Lavouras de cana-de-açúcar

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	31/03/2024	31/03/2023
Área estimada de colheita (hectares)	18.211	17.400
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	112,30	101,88
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	125,45	132,34
Valor do Kg de ATR	1,1024	1,0652
WACC (a.a.)	7,34%	8,99%

O volume de produção de cana-de-açúcar a ser cortada e a sua produtividade, medida em toneladas e nível de concentração de açúcar - ATR, foram estimados considerando a média de produtividade projetada do canavial por idade de corte.

O valor do Kg de ATR é estimado com base em dados divulgados pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (CONSECANA).

A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado da Companhia, o qual é revisado anualmente pela Administração.

Os custos estimados para esse tipo de cultura contemplam: custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; custos com Colheita/Corte, Transbordo e Transporte (CCTT); custos de capital (equivalentes a parceria

agrícola, arrendamento de terras, aquisição de máquinas e equipamentos); e impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias ou de terceiros e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a raiz ("soqueira") continua no solo. Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente em média por mais cinco ou seis safras.

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta de produção) e que serão utilizados como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita.

As plantas de produção são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

O valor justo do produto agrícola colhido é determinado pelas quantidades projetadas e valorizadas pela estimativa do preço da cana pelo método CONSECANA para a próxima safra.

O valor justo da cana-de-açúcar no momento da colheita passará a ser o custo da matéria-prima utilizada no processo produtivo de açúcar e etanol.

A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

Riscos de oferta e demanda

A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. A gestão destes riscos é administrada diretamente pela Cooperativa, inclusive quanto a analisar a tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

Riscos climáticos e outros

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais, disponibilidade de recursos hídricos e outras forças naturais. Importante informar que tais riscos, podem impactar em algumas premissas utilizadas para dimensionar o valor contábil do ativo biológico.

Em relação a outros riscos que podem impactar os negócios relativos ao ativo biológico, podemos citar positivamente o Renovabio (vide nota 1.2) e as condições mercadológicas de oferta e demanda do produto.

Neste sentido, a Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares da situação da lavoura de cana-de-açúcar e o acompanhamento constante das mudanças de mercado.

Análise de sensibilidade do valor justo

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2023, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar, e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação

(para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 10.251 no valor justo do ativo biológico. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5% resultaria em um aumento ou redução de R\$ 6.447 no valor justo do ativo biológico.

11 Adiantamentos a fornecedores

	31/03/2024	31/03/2023
Fornecedores de cana e parceria agrícola	37.249	40.212
Fornecedores diversos	574	-
	<u>37.823</u>	<u>40.212</u>

A cana-de-açúcar, matéria prima do etanol, quando do seu recebimento é atualizada pelo preço da tonelada de cana estabelecido pelo modelo definido no Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar do Estado de São Paulo – CONSECANA. A realização do valor adiantado ocorre durante safra 24/25, a qual se inicia em abril de 2024, com expectativa de término em novembro de 2024.

12 Impostos a recuperar

	31/03/2024	31/03/2023
ICMS – saldo credor corrente (i)	19.079	28.664
ICMS sobre aquisição de bens do imobilizado (ii)	16.365	17.980
PIS e COFINS (iii)	4.047	15.223
IR / CS saldo negativo (iv)	140.604	32.408
Outros	1.743	666
	<u>181.838</u>	<u>94.941</u>
Circulante	169.564	69.414
Não circulante	12.274	25.527

- (i) Com objetivo de atenuar os efeitos da elevação dos preços dos combustíveis fósseis e manter o diferencial de competitividade na comercialização de biocombustíveis, o governo estadual repassou aos produtores de etanol, crédito outorgado de ICMS, proveniente do auxílio financeiro distribuído pelo governo federal aos Estados, em decorrência da Emenda Constitucional nº 123 de 2022. Considerando que a incidência do ICMS sobre a circulação dos combustíveis (EHC e EAC) está diferida até o fechamento desta demonstração financeira, houve o acúmulo de créditos fiscais. Estima-se uma mudança a curto/médio prazo na legislação para novamente tributar estes produtos e assim possibilitar a compensação deste valor.
- (ii) A Companhia, por aprovação unânime do seu Conselho Administrativo, aprovou um plano de expansão de suas operações, que envolveu a aquisição de novos equipamentos industriais e veículos agrícolas. Ao adquirir estes bens, creditou-se do valor do ICMS destacado na nota fiscal (direito), os quais serão utilizados para compensação de débitos futuros da mesma natureza.
- (iii) O aumento do saldo credor das Contribuições para o PIS/Pasep e da COFINS, ocorreu em função da iniciativa do governo federal em estimular o consumo e a retomada da economia, reduzindo a zero as alíquotas destas contribuições no período de 06/2022 a 02/2023, incidentes sobre a comercialização do etanol, inclusive para fins carburantes, mantendo ao contribuinte o direito ao crédito sobre as aquisições dos insumos utilizados no processo produtivo. Outros fatores que contribuam para o aumento do saldo credor, foram: i) a possibilidade de apropriação do “crédito presumido” do PIS e da COFINS sobre aquisição do óleo diesel combustível, pois no mesmo período sua comercialização estava sujeita à alíquota zero dessas contribuições; e, ii) possibilidade de registrar o crédito de forma imediata sobre a imobilização de equipamentos industriais.
- (iv) Valor proveniente da recomposição da base de cálculo do IR/CS tendo como fundamento o disposto no art. 10 da Lei Complementar 160/17 em conjunto com Art. 30 da Lei 12.973/14. No exercício findo em 31 de março de 2024, em

continuidade a adoção do CPC 07 que trata sobre as Subvenções Governamentais, a Companhia fez o reconhecimento dos efeitos das subvenções recebidas, notadamente aquelas relativas ao ICMS incidente sobre as vendas, sendo: (i) “Diferimento do Álcool hidratado, conforme RICMS MG/2002, Anexo II Parte 1, item 36, “b”, (ii) Diferimento Álcool anidro, conforme RICMS MG/2002, Anexo II Parte 1, item 36, (iii) Diferimento de Vinhaça em acordo item 69 Parte 1 do Anexo II do RICMS/MG, (iv) Diferimento Bagaço de Cana previsto no item 70 da Parte 1 do Anexo II – RICMS/MG, (v) Isenção das saídas de mudas de Cana-de-açúcar, item 1 Parte 1 do Anexo I 0 RICMS/MG e (vi) Isenção das Saídas Cinzas conforme item 23 da Parte 7 do Anexo I - RICMS/MG, com respaldo ainda nos Convênios 110 e 190, ambos de 2017 publicados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, em consonância com o art. 10 da Lei Complementar 160/17 e art. 30 da lei 12.973/14, e (vii) Crédito Outorgado de ICMS as usinas produtoras de etanol hidratado combustível nos termos do Decreto MG nº 48.497/2022”, os quais basicamente dispõe que tais benefícios fiscais são considerados subvenções para investimentos, desde que atendidos os requisitos de regularidade e constituição da reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, cujas condições foram devidamente observadas pela Companhia. Nesse exercício, foram apurados e reconhecidos créditos líquidos decorrentes da recomposição do IRPJ e CSLL para o período extemporâneo de 2021 a 2023, proveniente de valores pagos a maior, pois à época não foi observada a exclusão de tais benefícios fiscais na apuração do lucro real. Assim, a Companhia para o fim específico da publicidade das demonstrações financeiras, reconheceu créditos extemporâneos diretamente no resultado do exercício, especificamente à crédito na conta de IRPJ e CSLL corrente e na conta de receita financeira. Ainda que o registro contábil dos créditos extemporâneos fora feito diretamente à conta de resultado do exercício (valor principal), a Companhia teve o devido cuidado para que fosse observada a constituição da “Reserva de Incentivo Fiscal” proveniente do “Lucro Líquido do Exercício” diretamente no “Patrimônio Líquido”, quando do encerramento do período, conforme pode-se observar no quadro das “Mutações do Patrimônio Líquido e comentário na nota 25. Dessa forma, o reconhecimento de créditos extemporâneos no exercício findo em março de 2024, foi no montante de R\$ 108.098 (R\$ 70.094 principal e R\$ 38.004 juros) e constam representados no ativo como tributos a recuperar.

13 Depósitos judiciais

	31/03/2024	31/03/2023
Depósito judicial terceiros (INCRA e FNDE) (i)	11.366	7.057
Outros depósitos judiciais	2.824	2.760
	14.190	9.817

- (i) Ação Judicial promovida pela Companhia, em face da União Federal, com pedido de declaração de inconstitucionalidade da exigência das contribuições devidas aos “terceiros” (INCRA e FNDE).

14 Ativos e passivos fiscais diferidos

Em 31 de março de 2024 e 2023 a Companhia possuía imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos sobre os seguintes valores base:

	Saldo em 31 de março de 2022	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2023	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2024
Ativo não circulante					
Provisão para contingências	311	-	311	-	311
Provisão para perdas esperadas	159	-	159	-	159
Provisão para estoques obsoletos	56	-	56	-	56
	526	-	526	-	526
Passivo não circulante					
Depreciação - Ajuste por adoção CPC 27	(26.917)	556	(26.361)	896	(25.464)
Ativo biológico - CPC 29	(32.302)	27.641	(4.661)	2.597	(2.065)
Valor justo investimentos	(4.365)	(10.076)	(14.441)	(5.548)	(19.989)
	(63.584)	18.121	(45.463)	(2.055)	(47.518)
	(63.058)	18.121	(44.937)	(2.055)	(46.992)

15 Outras divulgações sobre o fluxo de caixa

a. Reconciliação da dívida líquida

	31/03/2024	31/03/2023	
Empréstimos e financiamentos	<u>288.439</u>	<u>263.568</u>	
Total da dívida	288.439	263.568	
Caixa e equivalente de caixa	<u>(229.640)</u>	<u>(198.923)</u>	
Total da dívida líquida	<u><u>58.799</u></u>	<u><u>64.645</u></u>	
	Empréstimos e financiamentos	Caixa e equivalentes	Dívida líquida
Dívida líquida em 31 de março de 2022	332.265	(279.327)	52.938
Movimentação que afeta o fluxo de caixa			
Aquisições	1.134	-	1.134
Pagamentos - Principal	(69.036)	-	(69.036)
Pagamentos - Juros	(36.834)	-	(36.834)
Outras movimentações de caixa	-	80.404	80.404
Movimentação que não afeta o fluxo de caixa			
Juros provisionados	<u>36.039</u>	<u>-</u>	<u>36.039</u>
Dívida líquida em 31 de março de 2023	<u><u>263.568</u></u>	<u><u>(198.923)</u></u>	<u><u>64.645</u></u>
Movimentação que afeta o fluxo de caixa			
Aquisições	40.516	-	40.516
Pagamentos - Principal	(59.488)	-	(59.488)
Pagamentos - Juros	(28.577)	-	(28.577)
Outras movimentações de caixa	-	(30.717)	(30.717)
Movimentação que não afeta o fluxo de caixa			
Aquisições	39.000	-	39.000
Juros provisionados	<u>33.420</u>	<u>-</u>	<u>33.420</u>
Dívida líquida em 31 de março de 2024	<u><u>288.439</u></u>	<u><u>(229.640)</u></u>	<u><u>58.799</u></u>

b. Imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de março de 2024, a Companhia adquiriu imobilizado ao custo total de R\$ 173.588. Pagamentos em caixa de R\$ 134.588 foram feitos para aquisição de imobilizado e R\$ 39.000 foram por meio de empréstimos.

16 Investimentos

Nenhuma das Companhias contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

	31/03/2024	31/03/2023
Controladas (i)	109.241	73.281
Adiantamento para futuro aumento de capital – Uberaba Energia Ltda.	-	10.000
Copersucar S.A.	41.496	44.164
CTC - Centro Tecnologia Canavieira S.A.	69	69
Outros investimentos avaliados ao custo	<u>67</u>	<u>33</u>
	<u><u>150.873</u></u>	<u><u>127.547</u></u>

- (i) Valor investimento na empresa Uberaba Energia Ltda., subsidiária integral, em consonância com o projeto de cogeração de energia, aprovado em reunião do Conselho de Administração em 07 de novembro de 2022.

Aporte investida Uberaba Energia Ltda.

Em 07 de novembro de 2022 foi aprovado em reunião de Conselho de Administração da Usina Uberaba S.A., a criação de uma nova sociedade denominada Uberaba Energia Ltda., subsidiária integral desta Companhia, em continuidade ao projeto de cogeração de energia elétrica. A subsidiária Uberaba Energia Ltda. tem por objeto social a atividade de produzir, consumir e comercializar energia elétrica, vapor vivo, vapor de escape e todos os derivados provenientes da cogeração de energia elétrica produzida a partir de matéria prima adquirida ou consorciada de terceiros. O acervo líquido da subsidiária integral está composto da seguinte forma:

	Acervo
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	35.000
Adiantamento a fornecedores	20.771
	55.771
Não circulante	
Imobilizado	17.500
Total do ativo	73.271
Passivo	
Patrimônio líquido	
Capital social	73.271
Total do passivo e patrimônio líquido	73.271

A empresa Uberaba Energia Ltda. encontra-se em fase pré-operacional.

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas:

	Uberaba Energia S.A.
Capital social integralizado 31 de março de 2024	73.281
Patrimônio Líquido em 31 de março de 2024	69.240
Resultado do exercício	(4.301)
Participação %	100%
Saldo em 31 de março de 2022	-
Aumento de capital	73.281
Saldo em 31 de março de 2023	73.281
Aumento de capital	40.000
Resultado de equivalência patrimonial	(4.040)
Saldo em 31 de março de 2024	109.241

17 Imobilizado

	Edifícios e construções	Maquinismo, instalações e equipamentos	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Móveis e utensílios	Manutenção de máquinas e equipamentos	Terras	Outros	Obras em andamento	Lavouras de cana-de-açúcar	Adiantamento a fornecedores	Total
Saldo em 31 de março de 2022	38.979	110.703	34.061	48.765	1.216	49.285	3.292	2.269	148.680	117.145	-	554.395
Adições	1	1.668	6.470	4.679	184	58.406	-	650	97.318	34.672	5448	209.496
Alienações	-	(3)	(64)	(1.357)	-	-	-	-	-	-	-	(1.424)
Transferências	5.265	72.089	4.129	9.503	12	-	-	112	(91.110)	-	-	-
Apropriação de gastos de entressafra	-	-	-	-	-	(54.693)	-	-	-	-	-	(54.693)
Depreciação	(1.823)	(17.405)	(5.084)	(11.098)	(223)	-	-	(1.091)	-	(26.985)	-	(63.709)
Cisão	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.500)	-	-	(17.500)
Saldo em 31 de março de 2023	<u>42.422</u>	<u>167.052</u>	<u>39.512</u>	<u>50.492</u>	<u>1.189</u>	<u>52.998</u>	<u>3.292</u>	<u>1.940</u>	<u>137.389</u>	<u>124.832</u>	<u>5.448</u>	<u>626.566</u>
Custo total	63.733	307.949	76.346	88.939	2.343	472.235	3.292	8.991	137.389	270.803	5.448	1.437.468
Depreciação acumulada	<u>(21.311)</u>	<u>(140.897)</u>	<u>(36.834)</u>	<u>(38.447)</u>	<u>(1.154)</u>	<u>(419.237)</u>	<u>-</u>	<u>(7.051)</u>	<u>-</u>	<u>(145.971)</u>	<u>-</u>	<u>(810.902)</u>
Valor residual	<u>42.422</u>	<u>167.052</u>	<u>39.512</u>	<u>50.492</u>	<u>1.189</u>	<u>52.998</u>	<u>3.292</u>	<u>1.940</u>	<u>137.389</u>	<u>124.832</u>	<u>5.448</u>	<u>626.566</u>
Saldo em 31 de março de 2023	42.422	167.052	39.512	50.492	1.189	52.998	3.292	1.940	137.389	124.832	5.448	626.566
Adições	2	2.027	13.309	14.636	391	65.233	-	503	35.595	41.492	400	173.588
Alienações	(121)	(656)	(31)	(2.009)	-	-	-	(7)	-	-	(5.269)	(8.093)
Transferências	2.710	13.390	729	12.108	21	-	-	431	(29.389)	-	-	-
Apropriação de gastos de entressafra	-	-	-	-	-	(50.476)	-	-	-	-	-	(50.476)
Depreciação	<u>(1.576)</u>	<u>(16.667)</u>	<u>(6.642)</u>	<u>(14.953)</u>	<u>(308)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.161)</u>	<u>-</u>	<u>(27.465)</u>	<u>-</u>	<u>(68.772)</u>
Saldo em 31 de março de 2024	<u>43.437</u>	<u>165.146</u>	<u>46.877</u>	<u>60.274</u>	<u>1.293</u>	<u>67.755</u>	<u>3.292</u>	<u>1.706</u>	<u>143.595</u>	<u>138.859</u>	<u>579</u>	<u>672.813</u>
Custo total	66.324	322.710	90.353	113.675	2.755	537.468	3.292	9.919	143.595	312.295	579	1.602.963
Depreciação acumulada	<u>(22.887)</u>	<u>(157.564)</u>	<u>(43.476)</u>	<u>(53.401)</u>	<u>(1.462)</u>	<u>(469.713)</u>	<u>-</u>	<u>(8.213)</u>	<u>-</u>	<u>(173.436)</u>	<u>-</u>	<u>(930.150)</u>
Valor residual	<u>43.437</u>	<u>165.146</u>	<u>46.877</u>	<u>60.274</u>	<u>1.293</u>	<u>67.755</u>	<u>3.292</u>	<u>1.706</u>	<u>143.595</u>	<u>138.859</u>	<u>579</u>	<u>672.813</u>

Obras em andamento

Refere-se substancialmente a construção de uma fábrica de levedura cujo início das atividades está previsto a partir da safra 24/25. Demais obras refere-se a melhorias do parque industrial e reposição de frota agrícola.

Valor recuperável do ativo imobilizado

Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2024 e de 2023, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

Garantia

Em 31 de março de 2024, bens do ativo imobilizado com valor contábil de R\$ 131.827 (R\$ 144.454 em 31 de março de 2023) estão sujeitos a uma fiança registrada para garantir financiamentos bancários (Finame).

Depreciação

A projeção das vidas úteis dos bens constantes do ativo imobilizado da Companhia foi estimada por empresa especializada, contratada para este fim, com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para a realização deste trabalho consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso e ambiente econômico em que operam. Para o exercício encerrado em 31 de março de 2023, a avaliação da vida útil foi revisada internamente pela Administração, com base no laudo dos especialistas, considerando o planejamento e peculiaridades dos negócios da Companhia. A vida útil estimada dos bens registrados no ativo imobilizado não teve mudanças significativas e está evidenciada na nota 3.4 (iii).

18 Fornecedores

	31/03/2024	31/03/2023
Fornecedores de cana	40.130	52.287
Fornecedores diversos	13.625	26.899
	<u>53.755</u>	<u>79.186</u>

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na nota 23.

19 Empréstimos e financiamentos

Essa nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a risco de taxas de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja nota 23.

	31/03/2024	31/03/2023
Passivo circulante		
Empréstimos e financiamentos (a)	69.838	64.076
	<u>69.838</u>	<u>64.076</u>
Passivo não circulante		
Empréstimos e financiamentos (a)	215.139	196.964
Financiamentos Cooperativa (b)	3.462	2.528
	<u>218.601</u>	<u>199.492</u>
	<u><u>288.439</u></u>	<u><u>263.568</u></u>

a. Empréstimos e financiamentos bancários

Modalidade	Moeda	Vencimento	Taxa de juros	31/03/2024	31/03/2023
Nota crédito exportação (NCE)	R\$	05/2026	Juros de 1,45% a 2,14% a.a. mais CDI	30.362	53.240
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	R\$	01/2027	Juros pré-fixados de 6,25% a.a.	1.124	1.058
Finame	R\$	05/2039	Juros de 1,82% a.a. mais Selic	42.613	-
Finame	R\$	12/2029	Juros de 3,86% a.a. mais TLP	117.424	140.536
Nota de crédito rural (NCR)	R\$	09/2023	Juros de 2,70% a.a. mais CDI	-	6.841
Cédula de produtor rural (CPR)	R\$	01/2027	Juros de 1,33% a 2,33% a.a. mais CDI	93.454	59.365
				<u>284.977</u>	<u>261.040</u>
Circulante				69.838	64.076
Não circulante				215.139	196.964

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Safra	31/03/2024	31/03/2023
2024/2025	-	56.824
2025/2026	55.875	51.875
2026/2027	46.375	39.875
2027/2028	28.021	21.021
2028/2029 a 2030/2031	84.868	27.369
	<u>215.139</u>	<u>196.964</u>

A Companhia possui algumas obrigações contratuais em vigor (“*covenants*”) decorrentes dos financiamentos como limites de endividamento, geração de caixa, performance financeira e outros.

Garantias

Para os empréstimos tomados pela Companhia são concedidos como garantias avais das controladoras e os bens adquiridos com os recursos. Veja nota 17.

b. Financiamentos - Cooperativa

Correspondem a recursos repassados pela Cooperativa, com a seguinte composição:

	31/03/2024	31/03/2023
Repasso de recursos (Selic)	2.280	1.346
Adiantamentos - Copersucar - sem correção	1.182	1.182
	<u>3.462</u>	<u>2.528</u>

20 Impostos e contribuições a recolher

	31/03/2024	31/03/2023
INSS a recolher	13.553	9.061
Outros impostos a recolher	1.209	1.460
	14.762	10.521
Circulante	3.187	3.669
Não circulante	11.575	6.852

O total mantido no passivo não circulante se refere à Ação Judicial promovida pela Companhia, no exercício encerrado em 31 de março de 2023, em face da União Federal, com pedido de declaração de inconstitucionalidade da exigência das contribuições devidas aos “terceiros” (INCRA e FNDE). Conforme informado por nossos consultores jurídicos, a expectativa de eventual julgamento da ação poderá ocorrer num período superior a 2 anos da data do protocolo da Ação Judicial.

21 Demais passivos

	31/03/2024	31/03/2023
Provisão parte crédito presumido ICMS (i)	5.690	3.305
Acordos trabalhistas a pagar	101	38
Dividendos a pagar (Nota 24)	1.008	909
Adiantamento de clientes	531	51
Demais passivos	51	125
	7.380	4.428

- (ii) Na apuração dos créditos de ICMS, a Companhia adota a metodologia do cálculo presumido, conforme previsão legal, no importe 2,50% sobre comercialização de seus produtos. Deste percentual, 0,40% deve ser destinado a obras de infraestrutura no Estado, nos termos Protocolo de Intenções nº 016/2018.

22 Provisão para contingências

	31/03/2024	31/03/2023
Trabalhistas	899	899
Cíveis	15	15
	914	914

Passivos contingentes

Existem contingências passivas tributárias e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Seguem os valores das contingências que foram consideradas pelos assessores jurídicos como possível o risco de perda:

	Tributária	Trabalhista	Cível	Ambiental	Total
Saldos em 31 de março de 2023	4.727	2.703	18	1	7.449
Saldos em 31 de março de 2024	4.475	2.969	553	-	8.397

23 Instrumentos financeiros

Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de risco e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de treinamento, procedimentos de gestão e procedimentos busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo. A gestão do risco de crédito da Companhia em relação a clientes, no que pertence ao negócio de etanol convencional é centrada no relacionamento formalizado com a Cooperativa.

De forma geral, os direcionamentos dos negócios são tratados em reuniões da alta administração para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Caixa e equivalentes de caixa	6	229.640	198.923
Contas a receber - Clientes	7	7.861	5.874
Contas a receber - Cooperativa	8	3.423	47.029
Demais ativos		853	495
		<u>241.777</u>	<u>252.321</u>

Os saldos apresentados acima não apresentam uma concentração significativa, que possam deixar o risco de crédito significativo.

Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa são mantidos em instituições financeiras de primeira linha, conforme demonstrado na nota 6.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir que sempre haja a liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

A seguir, estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	31/03/2024			
	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	229.640	-	-	-
Contas a receber - Clientes	7.861	-	-	-
Contas a receber - Cooperativa	1.357	2.066	-	-
Demais ativos	853	-	-	-
	<u>239.711</u>	<u>2.066</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivos				
Fornecedores	53.755	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	112.114	109.271	133.762	85.633
Financiamentos - Cooperativa	-	3.462	-	-
Demais passivos	6.849	-	-	-
	<u>172.718</u>	<u>112.733</u>	<u>133.762</u>	<u>85.633</u>
	31/03/2023			
	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	198.923	-	-	-
Contas a receber - Clientes	5.874	-	-	-
Contas a receber - Cooperativa	46.983	46	-	-
Demais ativos	495	-	-	-
	<u>252.275</u>	<u>46</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivos				
Fornecedores	79.186	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	98.990	137.914	97.761	-
Financiamentos - Cooperativa	-	2.528	-	-

Demais passivos	4.377	-	-	-
	182.553	140.442	97.761	-

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Os saldos passivos de curto prazo serão liquidados com os saldos ativos de curto prazo e pela geração de caixa da Companhia durante o exercício.

Classificação dos instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas na demonstração financeira da Companhia, conforme quadros abaixo:

	31/03/2024		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo Nível 2
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	418	229.222	229.222
Contas a receber - Clientes	7.861	-	-
Contas a receber - Cooperativa	3.423	-	-
Demais ativos	853	-	-
Total	12.555	229.222	229.222
Passivos			
Fornecedores	53.755	-	-
Empréstimos e financiamentos	284.977	-	353.723
Financiamentos - Cooperativa	3.462	-	-
Demais passivos	6.849	-	-
Total	349.043	-	353.723
31/03/2023			
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo Nível 2
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	132	198.791	198.791
Contas a receber - Clientes	5.874	-	-
Contas a receber - Cooperativa	47.029	-	-
Demais ativos	495	-	-
Total	53.530	198.791	198.791
Passivos			
Fornecedores	79.186	-	-
Empréstimos e financiamentos	261.040	-	259.056
Financiamentos - Cooperativa	2.528	-	-
Demais passivos	4.377	-	-
Total	347.131	-	259.056

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos

financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a. Risco de volatilidade no preço de seus produtos

A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço de seu produto fabricado, o etanol anidro e hidratado. Em relação a este produto, vem acompanhando os preços no mercado interno e projeta sua recuperação ao longo da safra 24/25.

b. Risco de taxa de juros e análise de sensibilidade

A Companhia está exposta a risco de taxa de juros pós-fixadas, tanto para suas aplicações financeiras como para suas operações de empréstimos e financiamentos.

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam a exposição máxima do risco de taxa de juros. A exposição máxima do risco de taxa de juros, na data das demonstrações financeiras são:

	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Ativo			
Aplicações financeiras	6	229.222	198.791
Passivo			
Empréstimos e financiamentos	19	(286.133)	(261.328)

Para a análise de sensibilidade de exposição de taxa de juros e de câmbio, a Companhia utiliza cenários para avaliar as posições ativas e passivas, considerando curvas de juros com variações de 25% e 50% de *stress*. A Companhia entende que esses percentuais atendem sua necessidade, já que a exposição é basicamente risco de taxa de juros e possui baixa volatilidade.

O cenário provável adotado pela Administração reflete as projeções de mercado para o próximo exercício.

	31/03/2024	Risco	Cenários											
			Provável				Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			%	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%	valor
Ativos financeiros														
Aplicações financeiras	229.222	CDI	11,05%	25.329	13,81%	31.661	16,58%	37.994	8,29%	18.997	5,53%	12.665		
Total dos ativos financeiros	229.222			25.329		31.661		37.994		18.997		12.665		
Passivos financeiros														
Financiamentos - Finame	(117.424)	TLP	7,97%	(9.359)	9,96%	(11.698)	11,96%	(14.038)	5,98%	(7.019)	3,99%	(4.680)		
Financiamentos - Finame	(42.613)	SELIC	12,57%	(5.356)	15,71%	(6.696)	18,86%	(8.035)	9,43%	(4.017)	6,29%	(2.678)		
Financiamentos - Cooperativa	(2.280)	SELIC	10,75%	(245)	13,44%	(306)	16,13%	(368)	8,06%	(184)	5,38%	(123)		
Financiamentos - NCE/CPRF	(123.816)	CDI	13,02%	(16.121)	16,28%	(20.151)	19,53%	(24.181)	9,77%	(12.091)	6,51%	(8.060)		
Total dos passivos financeiros	(286.133)			(31.081)		(38.851)		(46.622)		(23.311)		(15.541)		
Total				(5.752)		(7.190)		(8.628)		(4.314)		(2.876)		
Impacto no resultado e no PL						(1.438)		(2.876)		1.438		2.876		

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Valor contábil	
	31/03/2024	31/03/2023
Instrumentos de taxa fixa		
Passivos financeiros	1.124	1.058
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	229.222	198.791
Passivos financeiros	286.134	261.328

Gerenciamento do capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Diretoria monitora os retornos sobre capital com base no índice de alavancagem financeira, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo capital total.

A Diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas considerando a posição do endividamento líquido da empresa.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2024 e de 2023 podem ser assim sumarizados:

	31/03/2024	31/03/2023
(+) Empréstimos e financiamentos	288.439	263.568
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(229.640)	(198.923)
(=) Dívida líquida (A)	58.799	64.645
Total do Patrimônio líquido (B)	983.183	836.571
Total do capital (A + B)	1.041.982	901.216
Índice de alavancagem financeira - % (A) / (A + B)	6	7

Classificações contábeis e valores justos

Valor justo versus valor contábil

Para todas as operações apresentadas como ativos e passivos financeiros, a Administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, não gerando grandes oscilações entre eles.

Impairment de ativos financeiros

Todos os ativos financeiros da Companhia não apresentam indicadores de perda do valor recuperável.

Garantias

Para os empréstimos tomados pela Companhia são concedidos como garantias avais de Companhia controlada, das controladoras e os bens adquiridos com os recursos.

24 Partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração da Companhia é composto pela Diretoria eleita por ocasião da Assembleia Geral Ordinária com mandato de três anos. O montante referente à remuneração do pessoal chave da Administração durante o exercício a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 2.543 (R\$ 2.391 em 31 de março de 2023). A Companhia não concede ao pessoal chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

b. Outras operações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas compreendem em transações financeiras, adiantamentos para futuro aumento de capital e compra e venda de produtos, como cana-de-açúcar e outros, realizadas em condições específicas definidas em contrato entre as partes.

	31/03/2024	31/03/2023
Ativo circulante		
Demais contas a receber		
Usina Santo Antônio S.A.	1	-
Usina São Francisco S.A.	304	-
	305	-
Passivo circulante		
Demais contas a pagar		
Usina Santo Antônio S.A.	565	592
Usina São Francisco S.A.	41	43
	1.008	909
	1.614	1.544
	31/03/2024	31/03/2023
Vendas de bens, serviços, cana-de-açúcar, bagaço de cana e outros		
Usina Santo Antônio S.A.	1	1
Usina São Francisco S.A.	303	125
Uberaba Energia Ltda.	17	-
	321	126
Compra de bens, serviços, cana-de-açúcar, bagaço de cana e outros		
Usina Santo Antônio S.A.	7.524	9.280
Usina São Francisco S.A.	579	682
	8.103	9.962

c. Contrato de fornecimento

A Companhia possui contrato de exclusividade de fornecimento de etanol junto a Cooperativa, pelo prazo de três anos safras, sendo o contrato renovado a cada safra.

A Companhia também é interveniente garantidora das operações de venda de etanol correspondentes ao contrato firmado pela Cooperativa junto a Copersucar S.A., o qual tem caráter de exclusividade, assegurando diretamente e indiretamente, benefícios e vantagens financeiras e mercadológicas. Os fatores de risco de preço desse contrato são os indicadores CEPEA/ESALQ para os mercados interno e externo.

Vide demais operações com a Cooperativa nas notas 28, 29 e 30.

d. Avais, fianças e garantias

A Companhia é avalizada por suas controladoras e não é avalista de seus fornecedores.

25 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de março de 2024 e 2023, o capital social está representado por 113.591.203 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 27 de julho de 2023 foi proposto e aprovado a integralização e o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 42.416, decorrente de deliberação assemblear.

Em 28 de julho de 2022 foi proposto e aprovado a integralização e o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 222.630, decorrente de deliberação assemblear.

b. Reservas

(i) Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva de incentivos fiscais

O montante desta rubrica refere-se aos incentivos fiscais classificados como subvenção para investimentos, também descritos na nota 12 (iv), constituídos em atenção aos comandos do artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações e artigo 30 da Lei 12.973/14. Tal reserva é constituída observado o limite do lucro contábil acumulado no período e somente poderá ser utilizada para: i) absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou, ii) aumento do capital social. No período findo em 31 de março de 2024, a Companhia constituiu reserva para incentivos fiscais referente aos benefícios fiscais de ICMS reconhecidos extemporaneamente referente ao período de 2021 a 2023, no montante de R\$ 69.098 mil (líquido do efeito da realização de dividendos e aumento de capital).

c. Dividendos e distribuição dos lucros acumulados

Os acionistas têm direito a um dividendo obrigatório de 0,5% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Em assembleia dos acionistas realizada em 27 de julho de 2023 foi deliberada distribuição de dividendos no montante de R\$ 53.956 e na assembleia em 28 de julho de 2022, R\$ 75.447.

A distribuição proposta pela Administração para os lucros acumulados está determinada como segue:

	31/03/2024	31/03/2023
Base de cálculo - representada pelo lucro líquido do exercício	201.576	181.728
(+) Reversão de despesa IR/CS – 03/2023	51.091	-
(-) Reserva legal – 5%	(10.079)	(9.086)
(-) Dividendos obrigatórios – 0,5%	(1.008)	(909)
(-) Constituição de Reserva Incentivos Fiscais	(69.098)	(24.271)
Lucros à disposição da Assembleia Geral	<u>172.481</u>	<u>147.462</u>

O resultado do exercício em 31 de março de 2024, após destinações legais, apresentado na rubrica “Lucro a deliberar”, serão deliberados por ocasião da Assembleia Geral Ordinária aos acionistas a ser realizada no prazo previsto na legislação.

26 Receita operacional líquida

As receitas operacionais da Companhia são compostas pela venda de etanol anidro e hidratado e outras receitas de vendas com combustíveis, vinhaça e bagaço de cana-de-açúcar.

Abaixo é reproduzida a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	31/03/2024	31/03/2023
Etanol	759.246	859.724
CBIOS	25.072	31.401
Cana-de-açúcar	8.422	3.172
Venda de bagaço da cana	10.012	15.749
Levedura	815	-
Serviços prestados	2.355	4.652
Outras vendas	<u>15.262</u>	<u>20.399</u>
Receita bruta das vendas	<u><u>821.184</u></u>	<u><u>935.097</u></u>
(-) Impostos sobre vendas	(59.274)	(43.700)
(-) Devoluções e abatimentos	<u>(104)</u>	<u>(11)</u>
Receita líquida das vendas	<u><u>761.806</u></u>	<u><u>891.386</u></u>

27 Custos de produção

O custo de produção da Companhia é composto substancialmente por matéria prima (cana-de-açúcar), depreciação de máquinas e equipamentos, depreciação da lavoura, mão de obra, serviços de terceiros, combustíveis, lubrificantes, pneumáticos, amortização da manutenção entressafra e de tratos culturais e materiais de manutenção, os quais, em conjunto, perfazem aproximadamente 97% do total do custo de produção do etanol da Companhia.

28 Despesas operacionais por natureza

	31/03/2024	31/03/2023
Despesa com pessoal	(10.896)	(13.059)
Depreciação e amortização	(392)	(283)
Despesa com comercialização	(23.412)	(17.607)
Serviços de terceiros	(15.079)	(17.893)
Outras despesas	<u>(7.015)</u>	<u>(10.045)</u>
	<u><u>(56.794)</u></u>	<u><u>(58.887)</u></u>
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função		
Vendas	(27.220)	(22.374)
Administrativas e gerais	<u>(29.574)</u>	<u>(36.513)</u>
	<u><u>(56.794)</u></u>	<u><u>(58.887)</u></u>

29 Outras receitas operacionais, líquidas

	31/03/2024	31/03/2023
Outras receitas operacionais		
Crédito outorgado ICMS (nota 12)	-	24.516
Recuperação de despesas diversas	151	60
Outras receitas operacionais - Cooperativa	-	12
Valor recebido na alienação de ativo imobilizado	3.861	2.175
Dividendos	41	75
Ganho por variação patrimonial de investida	16.319	29.635
Outras receitas operacionais	251	217
	20.623	56.690
Outras despesas operacionais		
Outras despesas operacionais - Cooperativa	(2.078)	(1.111)
Custo na alienação de imobilizado	(2.051)	(1.423)
Outras despesas operacionais	(919)	-
	(5.048)	(2.534)
	15.575	54.156

30 Despesas financeiras, líquidas

	31/03/2024	31/03/2023
Receitas financeiras		
Operações Cooperativa – PN 66	10	889
Juros aplicações financeiras	21.867	30.341
Juros demais operações e outros	13.394	12.635
	35.271	43.865
Despesas financeiras		
Operações Cooperativa – PN 66	(428)	(1.338)
Juros apropriados sobre financiamentos	(32.955)	(35.520)
Descontos concedidos e outros	(462)	(511)
Resultado negativo instrumentos derivativos	-	(59)
	(33.845)	(37.428)
	1.426	6.437

31 Compromissos

A Companhia estabelece compromissos diversos no curso normal de suas atividades. Abaixo estão aqueles que merecem destaque:

Compromisso de venda

Na data das demonstrações financeiras a Companhia tem o compromisso de comercialização de etanol e levedura para safras futuras. Em 31 de março de 2024, o volume desses compromissos totaliza aproximadamente 258.030 metros cúbicos de etanol, a serem cumpridos até 31 de março de 2025.

Compras de insumos

A Companhia constantemente celebra contratos de compra para aquisição de insumos agrícolas com o objetivo de garantir a entrega destes para utilização na manutenção de sua lavoura ao longo da safra. Referida operação geralmente é realizada por meio de compra para entrega futura.

Compras de cana-de-açúcar

A Companhia possui diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga pela Companhia será determinada para cada período de colheita ao término de tal período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pela CONSECANA.

32 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de março de 2024 a cobertura de seguros era feita conforme abaixo:

Riscos cobertos	Cobertura máxima (i)
Equipamentos	600.000
Estoque de etanol em poder da Cooperativa	496.359
D & O	45.000
Responsabilidade Civil Geral	7.500
Lucros cessantes	542.137

- (i) Correspondente ao valor máximo das coberturas para diversos bens e localidades seguradas. A cobertura máxima é compartilhada entre a Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A. e a Companhia.

33 Eventos subsequentes

Em 20 de junho de 2024, a Companhia recebeu o valor de R\$ 126.301, referente a pedido de ressarcimento de tributos federais (IR/CS) recolhidos a maior em períodos anteriores. O valor total dos tributos a recuperar pela Companhia, desta natureza, está descrito na nota 12(iv).